

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES**RAÇA E RACISMO: subsídios teóricos e históricos para um debate crítico****RACE AND RACISM: theoretical and historical subsidies for a critical debate****Carla Cecília Serrão Silva¹****RESUMO**

Neste artigo, são abordados elementos históricos e teóricos que explicam a raça e o racismo como uma construção social datada e destinada classificar corpos distintos dos europeus como ferramentas úteis para o trabalho e a produção de riqueza. O estigma racial é apresentado como elemento histórico de sustentação das desigualdades sociais, desde a formação da sociedade brasileira, na particularidade da escravidão negra. Resulta de pesquisa bibliográfica extensa, adotada como recurso para o desenvolvimento de disciplinas que adotam a questão étnico-racial como fundamento da questão social na realidade brasileira. A análise, de caráter preliminar, aponta o racismo como instrumento de demarcação do lugar das pessoas negras na sociedade brasileira e como responsável por constituir uma identidade que povoa o imaginário social e acompanha essas pessoas cotidianamente

Palavras-chave: Identidade; Raça; Racismo.**ABSTRACT**

This article addresses historical and theoretical elements that explain race and racism as a dated social construction aimed at classifying non-European bodies as useful tools for labor and wealth production. Racial stigma is presented as a historical element sustaining social inequalities since the formation of Brazilian society, particularly during the era of black slavery. It results from extensive bibliographic research adopted as a resource for the development of disciplines that embrace ethnic-racial issues as foundational to social matters in Brazilian reality. The preliminary analysis highlights racism as an instrument for delineating the place of black individuals in Brazilian society and as responsible for constructing an identity that pervades social imagination and accompanies these individuals on a daily basis.

Keywords: Identity; Race; Racism.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil foi edificada de um modo que produziu pensamentos, concepções e valores arraigados em preconceitos, desigualdades, desrespeitos, indiferenças, discriminações e violências, mantenedores de práticas comumente toleradas na vida cotidiana, que produzem efeitos deletérios na vida de pessoas marcadas pela racialização de seus corpos.

A raça foi produzida como recurso de classificação humana e produziu inúmeros rebatimentos no pensamento e nas relações sociais de todos os países vitimados pela invasão europeia, como o Brasil. Desde a invasão colonial portuguesa nas terras dos povos originários o racismo violenta, explora e mata milhões de pessoas, além de desumanizar corpos diferentes da autorreferência europeia, a exemplo da população negra oriunda de países Africanos.

Neste artigo avalio algumas das expressões do racismo brasileiro, retratadas pelo movimento natural de destinar à população negra lugares socialmente desqualificados. Para tanto, tomo como ponto de partida a escravidão instituída como sistema produtivo, alicerçado na dominação e exploração do trabalho de pessoas sequestradas em terras africanas e escravizadas no território brasileiro.

As ações e decisões políticas, econômicas e jurídicas que erigiram estruturas determinantes para a construção do paradigma hegemônico da classe dominante são apontadas como fundamentos dos processos que desumanizaram e inferiorizaram as pessoas negras e, ainda hoje, a despeito da legislação proibitiva, sustentam atos de racismo historicamente banalizados, mas frequentemente denunciados e repudiados por quem não compactua com tais práticas.

2 A RAÇA COMO MECANISMO DE CLASSIFICAÇÃO HUMANA: um marcador social da diferença

Francisco Bethencourt (2018) analisa a história do racismo como método de extermínio de vidas que não são consideradas humanas. O autor sustenta a argumentação de que o racismo é uma forma de preconceito que se expressa sob vários aspectos, estabelecendo hierarquias raciais e fomentando a discriminação e a segregação de pessoas a partir de traços físicos e mentais, definidores da superioridade e da inferioridade entre os seres humanos.

Para além de tais características, o racismo guarda a particularidade de ser um produto de práticas sociais e políticas que envolvem “projetos políticos de monopolização de recursos”. Assim sendo, para Bethencourt (2018, p. 21-22)

determinadas configurações de racismo só podem ser explicadas com a pesquisa de conjunturas históricas, que precisam ser comparadas e estudadas no longo prazo. O racismo é relacional e sofre alterações com o tempo, não podendo ser compreendido na sua totalidade através do estudo segmentado [...] o racismo na forma de preconceito étnico associado a ações discriminatórias foi motivado por projetos políticos. As classificações podem moldar o comportamento humano em todos os níveis da sociedade. [...] as classificações raciais tinham o poder imenso de escalonar os grupos sociais, bem como de impor limitações e oportunidades às populações dos países envolvidos.

A construção do estigma racial para determinados grupos tem por princípio o conceito de raça que, entre os séculos XVIII e XIX, estabeleceu uma hierarquia na qual a divisão dos seres humanos era definida pela ascendência étnica. Sob tais condições era justificada toda e qualquer prática preconceituosa, discriminatória e segregadora. Estavam postas, então, as bases para uma socialização pelo racismo. Nessa perspectiva de análise, Almeida (2019, p.32), ao explicar o racismo, o define como

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

De modo igual, Wieviorka (2007, p.33) trata o racismo como um ato que

consiste em caracterizar um conjunto humano pelos atributos naturais, eles próprios associados às características intelectuais e morais que valem para cada indivíduo dependente desse conjunto e, a partir disso, pôr eventualmente em execução práticas de inferiorização e de exclusão.

Esse racismo, que discrimina, inferioriza e exclui, se fixou como um elemento estruturante da sociedade brasileira mantendo crianças, adolescentes, mulheres e homens não-brancos em uma permanente situação de segregação da qual não conseguirão sair, a menos que o racismo seja socialmente aniquilado.

O Brasil foi – e ainda é –, exímio reprodutor de categorizações que sustentam as desigualdades sociais e isso ocorre de forma natural sem o dispêndio de grandes esforços, posto que a reprodução ideológica se encontra internalizada nas pessoas e nas instituições que

estruturam a sociedade. Portanto, não é possível dispensar uma abordagem sobre a raça e o racismo para compreender a formação da sociedade brasileira, haja vista que por meio do racismo ocorre a naturalização de um determinado lugar social para pessoas pessoa negras. E esse lugar, certamente, nunca foi ocupando espaços de destaque ou de tomada de decisões.

No dizer de Wiervioka (2007, p.30), em uma sociedade na qual o racismo se constitui como “propriedade estrutural”, presente em todos os mecanismos cotidianos, a existência de um “círculo vicioso” assegura a reprodução quase automática da discriminação negra no que tange à moradia, à educação, à saúde, à segurança, ao mundo do trabalho e diversas outras áreas.

Essas áreas, caracterizadas por compreender necessidades básicas, se tornaram demanda permanente da população negra no Brasil desde a escravidão. O Estado brasileiro cuidou de criar barreiras impeditivas e gestar condições para que essa população não participasse da construção da agenda pública, registrando suas pautas raciais.

Por tais razões, Barros (2019) afirma que o Brasil é o lócus no qual estão visceralmente instituídas a insensibilidade social e a invisibilidade acerca do massacre cotidiano perpetrado desde que os invasores portugueses aqui se instalaram. Segundo o autor, “Se antes a carne negra era a mais barata e rentável do mercado, agora, é necessário dizimar o seu excesso.” (Barros, 2019, p.16)

Dessa maneira, o país transita entre um passado e um presente permeados pela infâmia do racismo e tudo que dele resulta, inclusive o extermínio da população negra como um projeto de nação, desde o momento em que homens e mulheres negras decidiram não se submeter ao aparato repressivo e violento representado pela escravidão.

Em meio a esse cenário de inferiorização e exploração do povo negro a experiência da escravidão, da discriminação racial e da violência são reconhecidas como elementos que dão sustentação para todas as relações sociais que envolvem corpos negros.

A raça – articulada à ideia de cor da pele –, colabora com a construção de estereótipos e identificações negativas da população negra e lhes reserva um lugar no qual as desigualdades sociais estão profunda e permanentemente presentes, resultando em condições de vida humilhantes, degradantes, violentas, exploratórias e de difícil superação. Em tais condições a raça representa um fator de diferenciação e qualificação, que estabelece as pessoas que terão respeito e acesso a direitos e aquelas que não terão.

Mbembe (2014, p. 57), embora esteja tratando da colonização francesa em países africanos, desenvolve uma compreensão que se aplica perfeitamente à realidade brasileira passada e presente ao declarar que a raça se tornou algo que, simultaneamente, resulta e reafirma a ideia global de irredutibilidade das diferenças sociais, reduzindo seres humanos a indivíduos sem humanidade, portanto sem cidadania. Essa é uma das marcas do racismo na sociedade brasileira.

Além das dificuldades materiais, a pobreza que afeta milhões de famílias brasileiras produz nessas pessoas um sentimento de inferioridade e incapacidade que, conforme trata Guimarães (1995), as dispõe a situações de subordinação e dependência típicas de uma sociedade escravocrata, discriminatória e preconceituosa que naturaliza desigualdades e assujeita seres humanos.

3 A RAÇA, O RACISMO E A IDENTIDADE DO POVO NEGRO BRASILEIRO

Segundo Almeida (2019), nas várias tentativas de captar os movimentos de uma dada sociedade, e explicá-los, a definição ou a elaboração de conceitos se constitui como um caminho favorável. É o que faz o autor ao tratar das categorias raça, preconceito e discriminação para adentrar no debate do racismo estrutural, tão bem configurado na sociedade brasileira. Ele inicia com a afirmação de que do ponto de vista antropológico a raça não existe, mas nos leva a compreender como foi possível que essa se tornasse uma categoria fundante para o desenvolvimento de várias teorias de classificação humana e de perpetuação das desigualdades.

No dizer de Mbembe (2014), negro e raça nunca foram elementos congelados, estiveram sempre perpassados por um conjunto de coisas, elas próprias nunca acabadas.

O nome Negro em particular, [...] Além de designar uma realidade heteróclita e múltipla, fragmentada – em fragmentos de fragmentos sempre novos –, este nome assinalava uma série de experiências históricas desoladoras, a realidade de uma vida vazia; o assombramento para milhões de pessoas apanhadas nas redes da dominação de raça, de verem os seus corpos e pensamentos a partir de fora, e de terem sido transformadas em espectadores de qualquer coisa que era e não era a sua própria vida. (Mbembe, 2014, p.19)

A raça e os seus significantes dependem de um ambiente favorável para que se sustentem. Nesse sentido, os processos históricos desencadeados a partir do século XVI – com

as grandes navegações –, foram decisivos para o estabelecimento de padrões e definições raciais incorporados pelas sociedades dos navegantes europeus, que tinham a si próprios como referencial fenotípico e cultural, como exemplos de intelectualidade, agilidade, perspicácia e inventividade, segundo informa Bethencourt (2018). Em sua abordagem sobre a teoria das raças, o autor afirma que os sistemas de classificação, elaborados àquela época, se apoiavam em estereótipos constituídos a partir das diferenças observadas entre os seres humanos, desde a Antiguidade até o Iluminismo.

No que corrobora Schwarcz (1993, p.58), ao tratar das grandes navegações afirmando que

A época das grandes viagens inaugura um momento específico na história ocidental, quando a percepção da diferença entre os homens torna-se tema constante de debate e reflexão [...]. Nas narrativas de viagem, que aliavam fantasia a realidade, esses ‘novos homens’ eram frequentemente descritos como estranhos em seus costumes, diversos em sua natureza.

A raça surge, segundo Mbembe (2014), como o produto de uma máquina social e técnica umbilicalmente ligada ao capitalismo, desde a sua emergência até a globalização. O nome negro, diz o autor, é uma invenção atravessada por significados como desumanização, embrutecimento, degradação, humilhação, exclusão e desonra. A raça fez com que as pessoas negras se tornassem as únicas dentre os seres humanos, a terem seus corpos transformados em coisa e o espírito em mercadoria – cripta viva do capital (Mbembe, 2014, p.19).

O desenvolvimento de variadas teorias raciais explica a forma como, ao longo dos séculos, os seres humanos se posicionaram uns em relação aos outros, amparados pelo alicerce da hierarquia racial.

Para isso, o racismo científico foi extremamente útil, uma vez que não se ocupava apenas em descrever características fenotípicas e graus de inteligência baseados nos hábitos e comportamentos, mas utilizava-se de medições de crânios e outros métodos para estabelecer hierarquias entre os diferentes tipos humanos, a partir de uma escala que os aproximava ou distanciava dos macacos.

É dessa forma, declara Bethencourt (2018), que o termo ‘raça’ ganha status científico. É, também, dessa forma que as diferenças são cunhadas e resumidas a partir das características fenotípicas, que seriam capazes de explicar, por exemplo, as capacidades morais e intelectuais dos indivíduos, segundo os cientistas eugenistas dos séculos XVI e XVII.

Almeida (2019) reforça o sentido da categorização estabelecida pelo enquadramento racial. O autor afirma que o termo raça

[...] sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos. A noção de *raça* como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI. Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. (Almeida, 2019, p.24)

Bethencourt (2018) confirma o exposto, ao apresentar os sistemas de classificação elaborados no século XVI, que se apoiavam em estereótipos definidos pelas diferenças entre os seres humanos. Esses sistemas classificatórios

Traziam consigo a presunção de uma catalogação rigorosa da natureza que afetava o modo hierárquico segundo o qual as variedades de seres humanos eram descritas. O estudo científico multiplicou os métodos e as suposições para explicar as diferenças entre seres humanos. (Bethencourt, 2018, p.343)

O racismo, que tem a raça como fundamento (Almeida, 2019), se ergue a partir de uma estrutura permeada por relações de poder que criam vulnerabilidades, violência, discriminação e preconceitos ao mesmo tempo em que criam estratificação social. Dessa forma, se produz um imaginário social acerca dos papéis a serem desempenhados por pessoas que pertencem a determinados grupos e essas expectativas, construídas pelo imaginário, cristalizam os comportamentos e os lugares a serem ocupados por tais pessoas.

Ora, se o racismo é estrutural, conforme assevera Almeida (2019), depende de estruturas sociais que assegurem a reprodução da discriminação e garantam o exercício do poder pelo grupo que se privilegia com a existência da 'raça' ou da 'racialização'. Dessa forma, mecanismos estatais com estruturas ideológicas, econômicas e jurídicas são necessários à reprodução do imaginário social definidor do comportamento de grupos de pessoas racializadas, dos limites a serem impostos para tais comportamentos e, mais importante ainda, das condições de manutenção das desigualdades sociais que afetam tais pessoas.

As estruturas que mantêm a raça e o padrão de sociabilidade que lhe constitui carecem de instituições – espaços –, nos quais o racismo possa se reproduzir cotidianamente. O preconceito, construído a partir de um imaginário sociopolítico, é viabilizado por estruturas erguidas em pilares sólidos – o Estado, a ideologia, a política, a comunicação e a economia.

Essas estruturas sustentam as desigualdades sociais, retratadas nas estatísticas oficiais através de grupos compostos por minorias sociais no Brasil (negros, indígenas, mulheres, crianças, idosos etc.).

Nesse caso, considerar a desconstrução da ideia racismo a partir de feitos individuais, como quando se responsabiliza criminalmente uma pessoa racista, não esgota o debate sobre o racismo e não o extirpa. O racismo não é um problema localizado, é um elemento que constitui a própria sociabilidade brasileira, portanto, exige mais do que ações pontuais para superá-lo.

Uma vez que o racismo é um problema da estrutura da sociedade, reproduzido nas instituições por pessoas moldadas nessa sociedade racista, há uma tendência à naturalização, da mesma forma com que se naturalizam as classes (Almeida, 2019; Bethencourt, 2018). São esses, alguns dos elementos que fazem com que o racismo seja o padrão – o normal –, dentro da sociedade, quando deveria ser considerado o desvio.

É, também, nesse nicho que são constituídas as ciências e que a ordem social, a ordem política e a ordem jurídica são moldadas tendo por parâmetro a noção de raça. Nessa acepção, destaco o pensamento de Barros (2019, p.27) ao dizer que a “estranheza do homem ocidental em relação ao novo mundo, exige pelo poder da ciência, que ele se faça dono dos indivíduos e controlador da natureza [...]”. Para tanto, as instituições econômicas, políticas e jurídicas, constituídas como espaços de poder e de decisão, são ocupadas por pessoas que naturalmente assimilam o imaginário social racializado e perpetuam a discriminação, o preconceito e o estigma racial.

4 CONCLUSÃO

A escravidão, como modo de exploração do trabalho, se fez possível exatamente porque se pautou na compreensão de raça como um distintivo dos indivíduos a partir do seu estatuto social. Criou uma categoria de indivíduos mantida institucionalmente em uma relação de subordinação por meio das estruturas do racismo.

Por todo o exposto, endosso o que diz Almeida (2019) sobre as tantas dificuldades a serem superadas a fim de que o racismo, entranhado socialmente na população brasileira, deixe de existir.

O autor é categórico na afirmação de que enquanto as estruturas que formam e operam a sociedade continuarem a ser racistas, os efeitos que elas exercem sobre as pessoas permitirão que o racismo se mantenha indelével. Temos, por tanto, um grande desafio que consiste em reconhecer o problema para, então, buscar a transformação das condições materiais da sociedade que o alicerçam. Esse movimento exige o pensar como ferramenta indispensável para o rompimento com práticas nocivas, que permitiria suplantar as identidades excludentes, discriminatórias e preconceituosas instituídas socialmente no Brasil desde a invasão colonial.

A demanda histórica por condições dignas de vida para os corpos excluídos e assujeitados é suficiente para atestar a necessidade de revolucionar os padrões objetivos e subjetivos que sustentam as contradições da sociedade do capital. Uma subversão de valores que permita à humanidade deslocar-se rumo à transgressão interna e externa das formas padronizadas de assimilar o mundo e as possibilidades de vivência nele e, conseqüentemente, de forma especial, rumo à transposição de pensamentos e práticas que sustentam o racismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARROS, Douglas Rodrigues. **Lugar de negro, lugar de branco?** Esboço de uma crítica à metafísica racial. 1.ed. São Paulo: Hedra, 2019.

BETHENCOURT, Francisco. Teorias de raça. Em: **RACISMOS**: das cruzadas ao século XX. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Revista Novos Estudos, nº 43, nov., 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4116181/mod_resource/content/0/A.%20S.%20Guimar%C3%A3es%20-%20Racismo%20e%20anti-racismo%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 30.03.2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 1.e.d. Portugal: Antígona, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Debates, 308)